

# EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: 1960 - 1994<sup>1</sup>

Patrícia Raggi Abdallah<sup>2</sup>  
Carlos José Caetano Bacha<sup>3</sup>

## RESUMO

*Este trabalho analisa a evolução da atividade pesqueira no Brasil no período de 1960 a 1994. Constata-se que a quantidade produzida de pescado cresceu de 1960 a 1985 (apesar de algumas oscilações), decaindo a partir de então. A causa da queda de produção é a sobrepesca, que vem reduzindo os cardumes. A produção pesqueira concentra-se no pescado de origem marítima, apesar de ser crescente a produção do pescado de água doce. As principais regiões produtoras são o Sudeste e o Sul (onde se capturam peixes de pequeno valor unitário), vindo em seguida o Nordeste (onde se capturam peixes de maior valor unitário). Para suprir a demanda interna, o Brasil recorre à importação de pescado, principalmente de peixes de menor valor unitário do que os exportados. O texto encerra-se com algumas propostas para reversão da queda de produção de pescado no Brasil.*

Palavras-chave: atividade pesqueira, Brasil, sobrepesca.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a evolução da atividade pesqueira no Brasil no período de 1960 a 1994, considerando a quantidade produzida, a sua distribuição geográfica e o valor da produção pesqueira.

Definem-se como atividade pesqueira as ações que envolvem a captura e venda do pescado *in natura*. Essa atividade faz parte do Sistema Agroindustrial do Pescado-SAGPescado, juntamente com as atividades fornecedoras de insumos à pesca (embarcações e redes, principalmente) e as atividades de industrialização e comercialização do pescado já processado.

---

<sup>1</sup> Este trabalho baseia-se em parte na tese de doutorado elaborada pelo primeiro autor e orientada pelo segundo autor do texto.

<sup>2</sup> Professora Assistente da Furg.

<sup>3</sup> Professor Associado da Esalq/USP.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 7	n. 13	p. 9-24	nov. 1999
-------------------	-------------	------	-------	---------	-----------

Na primeira parte deste trabalho, é feita uma análise da evolução da produção do pescado no Brasil; na segunda, faz-se uma análise comparativa entre a produção pesqueira marítima e a de água doce; na terceira, elabora-se uma análise da produção regional do pescado no Brasil; na quarta, examinam-se o consumo aparente do pescado e as transações externas deste produto e, na quinta parte, elaboram-se as considerações finais.

Procura-se destacar que, após um grande crescimento na produção pesqueira nacional, essa se encontra em nível acima do máximo rendimento sustentável, gerando sobrepesca.

### 1.1 A evolução da produção pesqueira no Brasil

A produção brasileira de pescado teve grande elevação entre 1960 e 1994, passando de 281 512 toneladas para 697 577 toneladas, respectivamente (Tabela 1 e Figura 1). Não obstante, essa produção apresenta um comportamento oscilatório, definindo-se duas tendências: de 1960 a 1985, a produção tendeu a crescer e, a partir de 1986, apresentou tendência de baixa. Nesse contexto, um primeiro salto na produção brasileira de pescado ocorreu de 1960 a 1962, permanecendo a produção de pescado relativamente estável entre 1963 e 1967. Uma segunda fase ascendente na produção ocorreu entre 1968 e 1974, acompanhada de oscilações sem tendência definida de 1975 a 1980. Uma terceira fase de expansão da produção de pescado ocorreu de 1981 a 1985 (com destaque a partir de 1983). Já, no período de 1986 a 1990, houve forte queda na produção de pescado. Na primeira metade da década de 1990, essa produção apresentou ligeira tendência de alta, mantendo-se, porém, abaixo da média anual obtida na segunda metade de década de 1980.

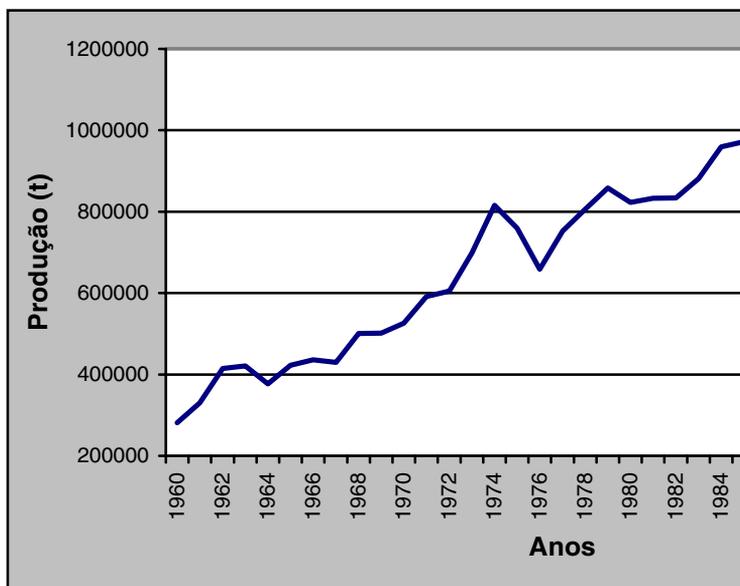
O impulso observado na produção do pescado de 1968 até 1974 está relacionado com a concessão de incentivos fiscais à pesca, pela promulgação do decreto-lei nº 221, de 21 de janeiro de 1967. Segundo Neiva (1990), essa política de incentivos possibilitou o surgimento de um parque industrial de qualidade para o processamento do pescado, permitindo a ocupação de áreas novas de pesca por frota nacional e contribuindo, assim, para o aumento da produção e da conseqüente exportação do produto.

Tabela 1 - Produção, produção marítima e produção de água doce do pescado no Brasil - 1960/1994

Anos	Produção toneladas	Produção marítima		Produção de água doce	
		Toneladas	Participação percentual no total produzido	Toneladas	Participação percentual no total produzido
1960	281 512	220 566	78,4	54 845	19,5
1961	330 140	263 308	79,8	60 293	18,3
1962	414 640	337 760	81,5	66 621	16,1
1963	421 356	339 821	80,6	78 850	18,7
1964	377 008	281 881	74,8	94 604	25,1
1965	422 289	326 901	77,4	94 633	22,4
1966	435 787	351 291	80,6	84 089	19,3
1967	429 422	340 703	79,3	88 371	20,6
1968	500 387	391 529	78,2	107 287	21,4
1969	501 197	387 555	77,3	112 261	22,4
1970	526 292	421 981	80,2	103 477	19,7
1971	591 543	493 165	83,4	97 368	16,5
1972	604 673	521 699	86,3	82 956	13,7
1973	698 802	610 572	87,4	88 230	12,6
1974	815 720	690 065	84,6	125 655	15,4
1975	759 792	586 164	77,1	173 628	22,9
1976	658 847	514 018	78,0	144 829	22,0
1977	752 607	584 163	77,6	168 444	22,4
1978	806 328	646 214	80,1	160 114	19,9
1979	858 183	713 482	85,2	126 701	14,8
1980	822 677	635 965	77,3	186 712	22,7
1981	833 164	635 811	76,3	197 353	23,7
1982	833 933	627 510	75,2	206 423	24,8
1983	880 969	675 344	76,7	205 625	23,3
1984	958 908	747 395	77,9	211 513	22,1
1985	971 537	760 452	78,3	211 085	21,7
1986	941 712	734 573	78,0	207 175	22,0
1987	934 408	704 229	75,4	230 179	24,6
1988	830 102	624 927	75,3	205 175	24,7
1989	798 638	579 151	72,5	219 487	27,5
1990	633 599	428 754	67,7	204 845	32,3
1991	669 149	465 432	69,6	203 717	30,4
1992	665 786	465 344	69,9	200 442	30,1
1993	675 756	471 737	69,8	204 019	30,2
1994	697 577	494 006	70,8	203 571	29,2

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil* - diversos números (exceto dados de produção referentes aos anos de 1990 a 1994: dados publicados pelo Ibam, IBGE e Instituto de Pesca/SP, retirados de *Outlook: perspectivas do Mercosul* / Secretaria de Política Industrial (1997);

Nota: Os dados percentuais referentes aos anos de 1960 a 1971 não somam 100% em razão de imperfeições de não-especificações do pescado capturado nesses anos, conforme indicado em *Anuário Estatístico do Brasil* - diversos números.



Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, diversos números.

Figura 1 - Produção de pescado no Brasil.

No período de 1967 a 1974, foram concedidos R\$ 793,49 milhões (a preços de agosto de 1994) como incentivos fiscais à pesca, com volume médio anual de R\$ 99,19 milhões. Esses recursos permitiram um grande aumento na produção nacional de pescado. Destaca-se, entretanto, que, dos R\$ 688 milhões captados pela atividade pesqueira no período de 1967 a 1972 (via política de incentivos fiscais), cerca de 70% foram investidos na indústria e captura do pescado, mas nada foi investido em pesquisa e levantamento de dados sobre estoques pesqueiros.

Em 1974, através do decreto-lei nº 1 376, criou-se o Fundo de Investimento Setorial para a Pesca (Fiset/Pesca) como forma de controlar a alocação de recursos dos incentivos fiscais de maneira mais centralizada e de ajustar o desequilíbrio no mercado de incentivos fiscais, identificado no decorrer da vigência do decreto 221/67.<sup>4</sup> O Fiset/Pesca era supervisionado pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - Sudepe.

<sup>4</sup> Conforme Bacha (1995), o sistema de concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e setorial, na forma como se encontrava regulamentado no período de 1961 a 1973 (por atos normativos distintos para cada região ou setor), evidenciava um excesso de demanda sobre a oferta de incentivos. Esse desequilíbrio no mercado de incentivos causava duas sérias distorções: atrasos na execução de investimento em virtude da escassez de recursos e a cobrança de exageradas comissões de corretagem e de captação de incentivos fiscais.

De 1975 a 1982, os incentivos fiscais concedidos à pesca foram de um valor anual médio de R\$ 23,82 milhões (a preços de agosto de 1994), contudo tais recursos foram insuficientes para manter o crescimento da produção pesqueira nacional. Segundo relatório do Ipea/Comif (1986), nesse período, a Sudepe priorizou o saneamento financeiro das empresas, que se beneficiaram com recursos dos incentivos fiscais. Ainda conforme o relatório do Ipea/Comif (1986), foram levantadas ineficiências com relação à administração do Fiset/Pesca, dentre as quais o grave problema de desvio de recursos para aplicações em negócios diferentes dos previstos nos projetos aprovados pela Sudepe, bem como a não-aplicação da contrapartida de recursos próprios aos projetos aprovados para receberem incentivos fiscais.<sup>5</sup> Diante desse quadro, em 1986, através do decreto nº 93 607, foram determinadas medidas mais rígidas na fiscalização do uso dos recursos dos incentivos fiscais à pesca, maior rigor na fiscalização do uso de recursos próprios em projetos beneficiados com incentivos e aumento do uso desses recursos nesses projetos.

De 1983 a 1985, as restrições às importações (inclusive de pescado) permitiram um grande salto na produção nacional. Não obstante, a sobrepesca tem levado à redução dos estoques, contribuindo para a redução da produção a partir de 1986.

O problema da sobrepesca foi ressaltado por muitos autores que estudam o recurso pesqueiro no país (por exemplo: Paez, 1993; Giulietti & Assumpção, 1995; Tremel, 1993; Neiva, 1990), para os quais, o governo não considerou as potencialidades pesqueiras<sup>6</sup> do litoral brasileiro ao lançar a política de incentivos fiscais à pesca (iniciada com o decreto-lei 221/67).

Conforme Tremel (1993), as águas que banham o litoral brasileiro são pobres em nutrientes, caracterizando uma limitada potencialidade dos recursos pesqueiros. Segundo o autor, no litoral brasileiro, existem inúmeras espécies de peixes, porém poucas são capazes de formar estoques passíveis de serem explorados economicamente. Ressalta ainda que as correntes marítimas<sup>7</sup> que passam pela costa brasileira são de temperaturas e salinidades elevadas, gerando baixa produtividade primária.

---

<sup>5</sup> O decreto-lei 221, de fevereiro de 1967, estabeleceu que os benefícios da dedução tributária somente poderiam ser concedidos se a pessoa jurídica beneficiária aplicasse recursos próprios nunca inferiores a um terço do montante dos recursos oriundos dos incentivos fiscais. O prazo de validade dos incentivos fiscais concedidos à pesca por esse decreto-lei foi ampliado para o período de 1973 a 1977 através do decreto-lei nº 1 217, de maio de 1972.

<sup>6</sup> Para Neiva (1990), a potencialidade dos recursos pesqueiros marinhos - a qualidade e o volume desses recursos é determinada, em grande parte, pelas características físicas, oceanográficas e climáticas das diferentes regiões da costa litorânea.

<sup>7</sup> As correntes marítimas determinam, em grande parte, as condições ambientais dos recursos pesqueiros.

Além da produção pesqueira oriunda do mar, o Brasil possui grande volume de rios piscosos. A análise comparativa entre produção pesqueira marítima e produção pesqueira de água doce é relevante para traçar um perfil da evolução da produção pesqueira nacional.

## 1.2 Produção pesqueira marítima *versus* produção de água doce

O Brasil dispõe de uma importante superfície de águas continentais, situadas, por exemplo, em rios, mangues de florestas, reservatórios aquáticos. Segundo Neiva (1990), muito pouco se conhece sobre a potencialidade produtiva dos recursos pesqueiros nessas águas.

A política federal voltada para a atividade pesqueira, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, pouco impactou a pesca de origem de água doce. No que se refere às regulamentações com medidas de ordenamento pesqueiro (de proteção ao recurso, explorando-o de forma racional), quase a totalidade dessas regulamentações voltavam suas atenções à pesca marítima.

Quanto à política de conceder incentivos à atividade pesqueira, o decreto-lei nº 221/67, que concedeu incentivos fiscais à atividade pesqueira, deixava claro em seu art. 4º que esses se estendiam também às águas interiores do Brasil. No entanto, avaliando os efeitos desses incentivos, observa-se, através do relatório Ipea/Comif (1986), que os recursos foram canalizados basicamente para projetos de desenvolvimento que enfatizavam a matéria-prima de origem marítima.

No período de 1960 a 1994, a produção pesqueira nacional oriunda do mar representou 78% da produção média do pescado, ao passo que a produção oriunda da pesca de água doce foi equivalente a 22% da produção média brasileira (Tabela 1). A explicação para a predominância da pesca de origem marítima no total produzido de pescado está relacionada ao processo histórico de desenvolvimento da atividade pesqueira no Brasil.

Conforme Diegues (1995), até o início do século XX, as atividades pesqueiras eram realizadas por comunidades locais e nas águas próximas ao litoral brasileiro. A partir de então, ao redor dos centros urbanos, começou a se desenvolver a pequena pesca voltada para a venda no mercado. Nesse contexto, surgiu a figura do *atravessador*, especializado em produtos do mar, que passou a ser também um financiador da produção dos pescadores artesanais. Após a Segunda Guerra Mundial, essa pequena pesca costeira (fazendo parte da cultura dos povos litorâneos) sofreu alterações significativas (como introdução das redes de náilon, do gelo, do motor de popa, isto é, insumos não

mais fabricados pelos pescadores), proporcionando uma maior estruturação para a pesca de origem marítima em detrimento da pesca em água doce.

Apesar de a participação da produção de pescado de origem marítima ter se mostrado bem superior à participação da produção de pescado de origem de água doce, observam-se oscilações nas participações dessas duas fontes de pescados (ver Tabela 1).

De 1970 a 1974 e nos anos de 1978 e 1979, a produção de pescado oriunda da pesca marítima chegou a participar, em média, com 84,4% e 82,7%, respectivamente, do total do pescado produzido no Brasil, reduzindo sua participação, de 1990 a 1993, para uma média anual de 69,3% desse total. Considerando os anos de 1972 a 1974, pode-se observar que a produção de pescado oriundo de água doce participou, em média, com apenas 13,9% ao ano na produção total do pescado brasileiro, aumentando, de 1990 a 1993, para cerca de 30,8% ao ano.

A razão para a oscilação dessas participações fundamenta-se, mais uma vez, na sobreexploração do recurso pesqueiro marítimo. Ao estudar a exploração dos recursos pesqueiros, Paez (1993) evidencia a situação de sobrepesca para a maioria das espécies de peixes de valor comercial capturados comercialmente no litoral brasileiro.

É interessante notar que, conforme Brasil (1996), a potencialidade pesqueira na região sudoeste do oceano Atlântico (região com condições oceanográficas similares às condições oceanográficas do litoral brasileiro) foi estimada em torno de 825 a 900 mil toneladas por ano em regime de produção sustentável. Ao comparar os dados de sua produção potencial sustentável com os da produção efetiva do pescado brasileiro (na Tabela 1), observam-se limites para se expandir a produção pesqueira através da pesca extrativa marítima. Esses limites esbarram no uso racional do recurso pesqueiro, na diversificação e racionalização da atividade pesqueira, o que exige investimentos em pesquisa, fiscalização e controle.

Retornando aos dados da produção efetiva do pescado no Brasil (Tabela 1), observa-se um crescimento dessa produção de 1960 a 1974 - que permaneceu relativamente estabilizada de 1963 a 1967 -, atingindo o máximo em 1985 (971 537 t), quando começou a entrar em declínio. Na década de 1990, a produção pesqueira tem se situado em níveis pouco acima dos observados em 1976 (658 847 t). Ressalta-se, no entanto, que isso só tem sido possível pelo aumento da participação dos pescados de água doce, justificado pela atenção da política federal nos últimos anos para a pesca voltada à aqüicultura.

Em 1995, foram editados decretos basicamente voltados para a atividade da aqüicultura, como o decreto nº 1 694, de 13/11/95, que criou o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – Sinpesq, com objetivo de coletar, agregar, processar,

analisar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro nacional, ficando a cargo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - a coordenação da implantação, do desenvolvimento e da manutenção do Sinpesq; e o decreto nº 1 695, de 19/11/95, que regulamenta a exploração de aqüicultura em águas públicas pertencentes à União, atribuindo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama - a tarefa de promover o registro dos aqüicultores. Deve constar nesse registro projeto que contenha, entre outros requisitos, o controle sanitário dos organismos a serem cultivados e o monitoramento periódico da qualidade da água na área de influência do empreendimento. Destaca-se que a definição das espécies a serem cultivadas, bem como as técnicas ou equipamentos a serem utilizados nos empreendimentos de cultivos de pescados são estabelecidos mediante atos normativos do Ibama.

Faz-se importante ressaltar que, a partir da medida provisória nº 1 549-35, de 9 de outubro de 1997, a produção e o fomento das atividades voltadas à pesca passaram a ser de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; já a preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis (no caso, do recurso pesqueiro) competem ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Conforme Outlook (1997), atualmente a aqüicultura responde pela oferta de trinta mil toneladas por ano, projetando-se - com base num trabalho sério para o desenvolvimento de atividade - a possibilidade de, num prazo de dez anos, alcançar a produção de um milhão de toneladas.

No contexto da evolução da produção de pescado no Brasil, faz-se relevante uma análise da produção em nível regional, que é apresentada no próximo item.

### 1.3 Análise da produção regional do pescado brasileiro

A participação das cinco regiões do Brasil na produção de pescado brasileiro no período de 1972 a 1989 mostra-se bastante desigual (Tabela 2). As regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram, respectivamente, participação média de 33,1%, 29,3%, 21,8%, 15,5% e 0,7% da produção total nacional.

A distribuição regional da produção pesqueira é explicada por vários elementos, tais como fatores ambientais - características físicas, oceanográficas e climáticas da região -, extensão do litoral, disponibilidade de rios, densidade demográfica, hábitos alimentares, entre outros.

Tabela 2 - Distribuição percentual da produção pesqueira por região do Brasil

Ano	Norte %	Nordeste %	Sudeste %	Sul %	Centro Oeste %
1972	9,1	23,0	34,3	33,4	0,2
1973	8,6	21,3	31,9	38,1	0,1
1974	10,4	20,4	34,6	34,5	0,2
1975	16,9	21,6	30,3	30,9	0,3
1976	16,0	21,4	30,0	32,3	0,3
1977	16,9	21,2	29,5	31,9	0,5
1978	13,8	24,3	31,5	29,8	0,6
1979	10,6	19,1	32,7	37,0	0,6
1980	17,4	22,6	31,8	27,4	0,8
1981	18,5	23,6	35,0	21,8	1,1
1982	18,1	24,7	31,6	24,5	1,0
1983	17,6	22,0	33,6	25,5	1,2
1984	16,2	20,7	35,6	26,7	0,9
1985	15,4	21,0	34,9	27,6	1,1
1986	15,5	21,8	35,5	25,9	1,2
1987	18,6	21,3	37,8	22,0	0,9
1988	18,8	21,6	33,6	25,3	0,6
1989	21,5	21,4	30,8	33,1	0,7

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, diversos números.

As regiões Sudeste e Sul lideram a produção pesqueira com a maior participação na produção total do pescado brasileiro. Segundo informações publicadas em Brasil (1996), essas regiões apresentam produção primária - isto é, captura de pescado - elevada, causada por correntes marítimas vindas das Malvinas (região litorânea do sul da América do Sul), além de possuírem maior densidade demográfica e maior renda, gerando um grande mercado consumidor.

O Nordeste é a terceira região que mais participa na produção pesqueira do país, contudo, apesar de sua grande extensão costeira, caracteriza-se pela baixa produção primária. Segundo Neiva (1990), a baixa produtividade do Nordeste é explicada pela predominância de águas quentes e salinas no seu litoral.

A região Centro-Oeste possui maior densidade demográfica que a região Norte, porém esta última tem mais rios e maior tradição no consumo de pescado, daí haver maior produção de pescado no Norte do que no Centro-Oeste.

A produção primária da região Norte é relativamente alta, sendo beneficiada pela grande influência do rio Amazonas, que, através do fornecimento de nutrientes, favorece a abundância de pescado.

Quando se analisa o preço unitário do pescado brasileiro por região, encontram-se algumas diferenças importantes (Tabela 3). Constata-se que a região Nordeste mostrou maior preço médio por tonelada de pescado capturado (um valor de US\$ 1.433,70 por tonelada, em média, no período de 1980 a 1989), ao passo que as regiões Sudeste e Sul apresentaram os menores preços médios anuais por tonelada de pescado, respectivamente, US\$ 563,80 e US\$ 488,00. Conforme Giulietti e Assumpção (1995), a região Nordeste produz muitos peixes e crustáceos finos (lagosta, camarão, etc.) de elevado valor unitário, sendo quase toda a produção destinada à exportação.

Tabela 3 - Preço por tonelada da produção de pescado, regiões do Brasil - em US\$/tonelada (a preços de 1990)

Ano	Norte US\$/ton	Nordeste US\$/ton	Sudeste US\$/ton	Sul US\$/ton	Centro-Oeste US\$/ton
1980	816,99	1508,15	518,71	512,72	1330,04
1981	702,25	1346,62	453,70	491,46	735,73
1982	783,45	1306,61	557,43	601,21	589,24
1983	662,50	978,97	397,32	373,47	590,10
1984	652,94	1026,67	399,85	390,36	667,28
1985	698,45	958,15	409,98	389,04	542,45
1986	842,98	1362,64	591,55	573,20	898,42
1987	790,86	1502,00	585,10	500,55	1068,90
1988	787,95	1536,94	682,04	528,98	930,66
1989	2096,37	2810,29	1042,43	519,03	2328,56

Fonte: Preços em US\$/tonelada, construídos a partir de dados de produção extraídos de *Anuário Estatístico do Brasil* - diversos números, e de dados em dólares correntes extraídos de Giulietti e Assumpção (1995), deflacionados pelo IPA-EUA (1990=100), índice esse extraído de IMF(1997).

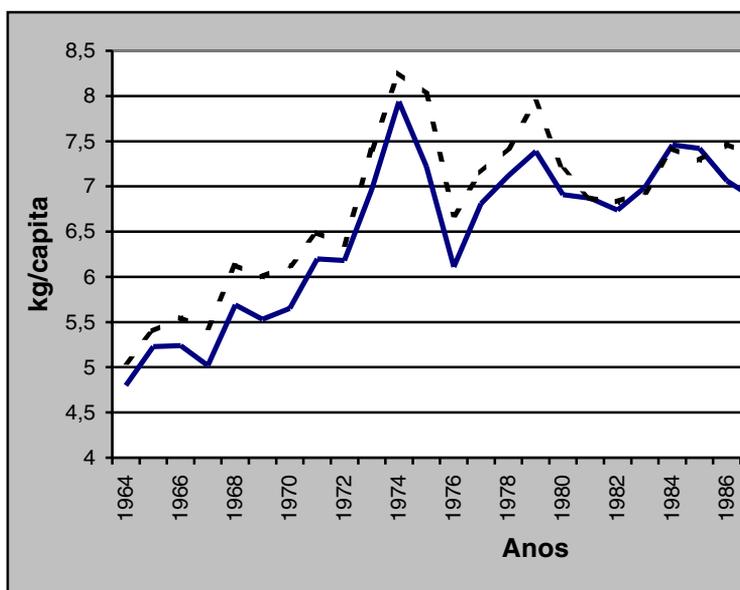
As regiões Sudeste e Sul produzem maior quantidade de pescado, porém de características mais comuns e de baixo valor unitário. São espécies de peixes de grandes cardumes, como sardinha, cavalinha, pescada, corvina, anchova, goete, e de crustáceos, como o camarão-de-sete-barbas.

#### 1.4 O consumo aparente do pescado e as transações externas com este produto

O consumo aparente de pescado no Brasil apresenta oscilações ao longo do período de 1964 a 1994 (Figura 2 e Tabela 4). Em 1964, o consumo aparente estava em torno de 397 mil toneladas, mantendo uma tendência crescente até o ano de 1974, quando atingiu 848 mil toneladas. De 1974 a 1983, flutuou ao redor das 850 mil toneladas por ano, ultrapassando 950 mil toneladas anuais no período de 1984 a 1987.

Observa-se que, de 1964 a 1994, o consumo aparente do pescado foi superior à produção pesqueira nacional, com exceção dos anos 1983, 1984 e 1985, em virtude de a quantidade importada de pescado ser maior que a quantidade exportada. Para os anos que marcam a primeira metade da década de 1980, deve-se considerar que a economia brasileira passava por forte crise econômica, afetada por uma política cambial severa de maxidesvalorização da moeda nacional, o que pode ter contribuído para reduzir as importações do pescado brasileiro.

Pela Figura 2, observa-se que o consumo *per capita* brasileiro de pescado cresceu de 1964 a 1974, mostrando tendência decrescente a partir de então. Essa última tendência está relacionada à redução da produção do pescado brasileiro.



Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil* - diversos números.

Figura 2 - Produção e consumo aparente do pescado no Brasil.

Segundo dados da FAO (publicados em Faveret & Siqueira, 1997) para os anos de 1988/1990, o Japão foi o maior consumidor *per capita* de pescado no mundo, com 72 kg/pessoa/ano. A União Européia apresenta para esse período um consumo *per capita*, em média, de 22 kg/pessoa/ano, sendo que Portugal, Noruega e Espanha são os maiores consumidores europeus *per capita* para esse período, com, respectivamente, 60,2, 41,1 e 37,7 kg/pessoa/ano.

Os países sul-americanos que apresentam maior consumo *per capita* aparente são Peru e Chile, com cerca de 23 a 30 kg/pessoa/ano. O Brasil, para o período analisado, apresenta um consumo *per capita* aparente em torno de 6 kg/ano, bem menor que a média do consumo mundial, que, conforme Favaret & Siqueira (1997), se estabilizou ao redor de 13,5 kg/ano a partir da década de 1990. A oscilação da produção brasileira de pescado (examinada no item 1.1) impactou o comércio externo desse produto.

A exportação brasileira de pescado aumentou de 10 134 t em 1970, a um preço de US\$5.808,29 por tonelada, para 53 250 t em 1985, a um preço de US\$3.613,88 por tonelada, ano em que a produção brasileira atingiu seu nível máximo dentro do período analisado. Do início da década de 1980 ao início da de 1990, as exportações situaram-se em torno de quarenta mil toneladas anuais, atingindo o nível máximo exportado no ano de 1992 (55 237 t ao preço de US\$ 2.658,22 cada). Em 1993 e 1994, as quantidades exportadas de pescado pelo Brasil apresentaram tendência decrescente e seus respectivos preços foram crescentes, passando de US\$3.475,97 por tonelada em 1993 para US\$4.079,70 em 1994 (dados na Tabela 4).

As importações brasileiras de pescado situaram-se, durante o período de 1970 a 1985, em torno de 56 mil toneladas ao ano, com um preço médio em torno de US\$ 1 482,08 cada uma. A partir de 1986, cresceram significativamente, ultrapassando as cem mil toneladas em 1987, chegando a 214 190 t no ano de 1990 - o nível máximo importado pelo Brasil, considerando a série analisada - ao preço médio de US\$ 936,41 por tonelada.

Conforme Neiva (1990), grande parte do aumento das importações brasileiras de pescado na última década ocorreu para atender à demanda industrial formada no país. Como exemplo, o autor cita o caso da importação de sardinhas para suprir a demanda do parque de enlatados do Rio de Janeiro, afetado pelas quedas na produção da sardinha nacional.

Segundo dados publicados em Outlook (1997), o crescimento das importações brasileiras se deve tanto à redução da oferta interna como ao menor preço e maior qualidade do produto importado. No caso das exportações, uma das causas da tendência decrescente da quantidade exportada de pescado é a redução dos estoques pesqueiros, bem como os altos custos de captura do pescado no Brasil.

Comparando as exportações com as importações brasileiras de pescado, pode-se observar (Tabela 4) que, em termos de quantidades físicas, as importações se mantiveram por quase todo o período analisado bem acima das quantidades exportadas. Não obstante, constata-se que o preço médio do pescado exportado é maior do que o preço médio do importado.

Tabela 4 - Produção, exportação, importação e consumo aparente do pescado no Brasil - 1960/1994

Anos	Produção toneladas	Exportação		Importação		Cons. aparente (M+Y) - X toneladas
		toneladas	US\$/ton.	toneladas	US\$/ton.	
1960	281 512	1 206	n.d. <sup>a</sup>	n.d.	n.d.	280 306
1961	330 140	1 841	n.d.	n.d.	n.d.	328 299
1962	414 640	2 074	n.d.	n.d.	n.d.	412 566
1963	421 356	1 801	n.d.	n.d.	n.d.	419 555
1964	377 008	1 819	n.d.	21 810	n.d.	396 999
1965	422 289	2 438	n.d.	16 730	n.d.	436 581
1966	435 787	2 968	n.d.	28 798	n.d.	461 617
1967	429 422	3 369	n.d.	38 847	n.d.	464 900
1968	500 387	6 084	n.d.	44 969	n.d.	539 272
1969	501 197	9 361	n.d.	51 070	n.d.	542 906
1970	526 292	10 134	5808,29	54 477	1734,19	570 635
1971	591 543	11 392	7135,94	39 505	2118,65	619 656
1972	604 673	17 422	6451,64	34 792	2423,01	622 043
1973	698 802	12 552	6550,51	56 978	2199,76	743 228
1974	815 720	13 732	7250,43	46 355	2382,41	848 343
1975	759 792	14 857	5533,73	99 469	985,84	844 404
1976	658 847	13 768	7325,97	76 933	857,74	722 012
1977	752 607	24 205	5377,59	61 851	127636	790 253
1978	806 328	26 418	5743,78	62 036	1568,77	841 946
1979	858 183	27 497	7573,05	89 558	1481,46	920 244
1980	822 677	34 462	4805,60	66 800	1455,49	855 015
1981	833 164	45 110	3924,68	45 391	1426,03	833 445
1982	833 933	45 843	4022,04	56 515	1274,38	844 605
1983	880 969	47 366	3218,50	41 506	975,36	875 109
1984	958 908	36 986	5266,19	31 639	1107,85	953 561
1985	971 537	53 250	3613,88	36 223	1218,06	954 510
1986	941 712	42 551	4093,87	97 817	1484,55	996 978
1987	934 408	40 978	4872,55	105 342	1261,00	998 772
1988	830 102	43 571	4524,25	61 552	1298,36	848 083
1989	798 638	44 354	2940,95	126 426	1283,51	880 710
1990	633 599	34 765	4003,37	214 190	936,41	813 024
1991	669 149	45 239	3403,28	159 228	1079,59	783 138
1992	665 786	55 237	2658,22	102 062	1220,57	712 611
1993	675 756	51 639	3475,97	149 602	1137,08	773 719
1994	697 577	39 758	4079,70	157 234	1404,46	815 053

fn.d. : não disponíveis

Fonte: Produção, exportação e importação, em toneladas : *Anuário Estatístico do Brasil* - diversos números (exceto dados de produção referentes aos anos de 1990 a 1994; dados publicados pelo IBGE, retirados de *Outlook: Perspectivas do Mercosul* / Secretaria de Política Industrial (1997); Exportação e Importação, em US\$/toneladas : construídos a partir de dados em dólares correntes extraídos de *Giulietti e Assumpção* (1995), deflacionados pelo IPA-EUA (1990=100), índice esse extraído de IMF(1997); Consumo aparente : montado a partir da fórmula produção (Y) mais importação (M) menos exportação (X), para os anos de 1960 a 1994. Ressalta-se que, para os quatro primeiros anos dessa variável (Consumo Aparente), não foi adicionada a respectiva quantidade anual importada, uma vez que não foram encontrados dados de importações do período de 1960 a 1964.

O Brasil exporta menor quantidade de pescado, mas com alto valor unitário, e importa quantidade maior de pescado de menor preço unitário. Isso porque, segundo Neiva (1990), os produtos exportados pelo Brasil são espécies de pescado fino, de alto valor unitário, como lagostas, camarões, etc., que, em sua maioria, destinam-se a países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. De outro lado, as importações de pescado pelo Brasil são, na maior parte, de peixes das espécies mais comuns, para consumo no mercado interno (peixes secos, salgados ou em salmoura, bem como peixes frescos, resfriados e congelados, como sardinha, pescada, corvina, merluza, pescadinha, etc.).

### 1.5 Considerações finais

Como principais conclusões do presente trabalho, têm-se: a) a produção brasileira de pescado cresceu de 1960 a 1985, apresentando tendência decrescente a partir de 1986; b) é crescente a participação da pesca de água doce na produção total, apesar da maior importância alcançada pela produção marítima; c) a redução do estoque de pescado afeta significativamente a quantidade exportada desse produto (principalmente de pescado fino), bem como induz a um aumento da quantidade importada do pescado, mas não a ponto de manter crescente o consumo *per capita* aparente; d) para que o Brasil alcance os índices internacionais de consumo *per capita* de pescado, é necessário o aumento na quantidade e na qualidade do pescado ofertado no mercado interno. Nesse sentido, faz-se necessária uma política que, de um lado, incentive a pesca extrativa de forma sustentável e, de outro, incentive a produção em cativeiro, de forma a manter uma oferta estável do produto no mercado.

O caminho fundamental para dinamizar a atividade pesqueira extrativa no país passa pela definição e implementação de uma política governamental de investimento em pesquisa e capital humano nessa atividade. Essas são as bases de desenvolvimento que o governo tem para explorar de forma racional e sustentável seus recursos naturais. Quanto à pesca de cultivo (aquicultura), essa deve ser realizada em consórcio com a iniciativa privada - tanto os investimentos em pesquisa e capital humano como investimentos em infra-estrutura básica para o cultivo do pescado - uma vez que se trata de um bem de propriedade privada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - diversos números

BACHA, C.J.C. *Análise custo-benefício dos programas federais de incentivo ao reflorestamento no Brasil*. Piracicaba: Esalq/USP/CNPq, 93p. (Relatório de pesquisa), 1995.

BRASIL Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Projeto Cenários para o Planejamento da Gestão Ambiental. *Os ecossistemas brasileiros e os principais macrovetores de desenvolvimento*. Brasília, 1996.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (1981-1993). Rio de Janeiro, Banco do Brasil, Cacex.

DIEGUES, A . C. S. *Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: Nupaub – USP, 1995.

FAVERET FILHO, P.; SIQUEIRA, S. H. Panorama da pesca marítima no Mundo e no Brasil. *BNDES Setorial*, n. 5, mar. 1997.

GIULIETTI, N.; ASSUMPÇÃO, R. Indústria Pesqueira no Brasil. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, 42(2):95-127, 1995.

IMF. International Financial Statistics Yearbook. Washington, 1997.

IPEA/COMIF. *Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais Regidos pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974*. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social e Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais, 1986.

NEIVA, G. S. *Subsídios para a política pesqueira nacional*. Santos: Terminal Pesqueiro, 1990.

OUTLOOK. Perspectivas para o Mercosul sobre Carnes, Leche, Pescado y Lana. *Relatório do Seminário*. Sala de Conferencia del Instituto Nacional de Pesca. Montevideú, 1997.

PAEZ, M. L. D. Exploração de recursos pesqueiros no Brasil. *Revista de Administração*, 28(4), out./dez. São Paulo, 1993.

TREMEL, E. *Pesca, novos rumos*. Ciclo de palestras sobre temas relacionados ao poder marítimo. Florianópolis: Ministério da Marinha, Comando do Quinto Distrito Naval, 1993.

## SYNOPSIS

### *EVOLUTION OF THE FISHING ACTIVITY IN BRAZIL: 1960 - 1994*

*This paper analyzes the evolution of the fishing activity in Brazil from 1960 to 1994. It is verified that the produced amount of fish grew from 1960 to 1985 (in spite of some oscillations), decaying starting from then. The cause of the production fall is the on-fishing, that come reducing the cardumes. The fishing production concentrates on the fish of marine origin, in spite of being growing the production of the fish of fresh water. The main areas producers are the Southeast and the South (where it is captured fish of small unitary value), coming the Northeast soon after (where it is captured fish of larger unitary value). To supply the domestic demand, Brazil falls back upon the fish import, mainly of fish of smaller unit value than exported them. The paper closes up with some proposals for reversion of the fall of fish production in Brazil.*

*Key-words: fishing activity, Brazil, on-fishing.*

## SINOPSIS

### *EVOLUCION DE LA ACTIVIDAD PESQUERA EN EL BRASIL 1960-1994*

*Este trabajo analiza la evolución de la actividad pesquera en el Brasil en el período de 1960 a 1994. Se constata que la cantidad producida de pescado creció de 1960 a 1985 (a pesar de algunas oscilaciones), decayendo a partir de aquel año. La causa de la caída de la producción se explica en el sector pesquero, que viene reduciendo el volumen de los cardúmenes. La producción pesquera se concentra en el pescado de origen marino, a pesar de ser creciente la producción del pescado de agua dulce. Las principales regiones productoras son la Sudeste y Sur (donde se capturan peces de valor unitario pequeño), siguiendo en seguida la región Nordeste (donde se capturan peces de valor unitario mayor). Para satisfacer la demanda interna, el Brasil recurre a la importación de pescado, principalmente de pescado de menor valor unitario que los exportados. El texto concluye con algunas propuestas para revertir el problema de la disminución de la producción de pescado en el Brasil.*

*Palabras-clave: actividad pesquera, Brasil, sobreproducción pesquera.*